

SOUZA, Roberto Acízelo de (org.) *Na aurora da literatura brasileira: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação (1805-1885)*. Rio de Janeiro: Caetés, 2017.

Na aurora da literatura brasileira

Everton Barbosa CORREIA*

O livro que ora se publica sob o título de *Na aurora da literatura brasileira*, com a organização de Roberto Acízelo de Souza, ao mesmo tempo em que celebra uma parceria já existente entre o autor e a Editora Caetés, incide com precisão sobre lacunas do repertório formativo da literatura brasileira e seu hipotético leitor, para o qual se volta. Sendo o organizador professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Caetés uma editora comercial, a publicação também se destaca enquanto reforça certa conduta do mercado editorial, qual seja, a de escoar a produção universitária sob apoio institucional, donde decorre a rubrica de agências de fomento nas publicações, a exemplo do CNPq, da CAPES ou das Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais, entre as quais está a FAPERJ, que chancela a publicação em curso, a considerar que a editora e o organizador do volume estão radicados no Rio de Janeiro.

Demarcado o contexto da publicação em fevereiro de 2017, quando o livro veio a lume, convém especular algo acerca de seu possível grau de penetração junto ao público leitor – sempre ideal e, por conseguinte, abstrato. Tal especulação deve ser bifurcada, para que consideremos o gênero a que se filia e a tradição acionada, sobre a qual inflecte um sentido simbólico, que parece lhe dar sustentação. Antes é preciso referir que o título agora publicado tem autonomia, mas não anda só. Junto a ele, ora adiante ora atrás, se lhe acompanham outros títulos sob a mesma organização e a mesma editoração, a saber: *Curso de literatura portuguesa e brasileira* de Francisco Sotero dos Reis (2014); *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores* (2014); *Literatura e civilização em Portugal* de Álvares de Azevedo (2016). A estes títulos deve ser acrescida a companhia destacada do volume *Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários (século v a.C. – Século XVIII)*, que paira um pouco acima e além dos demais, seja pelas premiações que acumulou ou pelo recorte que amplia e dilacera camadas da tradição ocidental nem sempre acessíveis ao leitor comum, mesmo que seja

* Professor Doutor - Departamento CULT e do Programa de Pós-graduação em Letras - Instituto de Letras - UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Campus Maracanã. Rua São Francisco Xavier, 524 - 1006 - Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, 20550-900. E-mail: evertonbcorreia@gmail.com

idealizado. Assim colocado, o conjunto de informações talvez dimensione o perfil do organizador em face de suas últimas publicações, que, vistas em perspectiva, parecem enunciar algum propósito.

Aliás, a própria publicação com o título sombreado pela cor da capa enseja certa melancolia que é contradita pelo subtítulo: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação (1805-1885). Não deixa de ser sintomático que os portugueses sejam aproximados e distinguidos dos estrangeiros pela aditiva que aí os separa. Tal advertência está registrada na “Apresentação” do volume com as devidas argumentações que justificam a um só tempo a publicação e a sua estratégia de apreciação do cânone. Por uma razão ou por outra, é mais do que oportuna a revisão do elemento português no desenvolvimento histórico da literatura brasileira, o que é digno de apreço e de nota, já inscritos no frontispício do volume. O recorte de 1805 a 1885 existe como uma opção do organizador, também devidamente justificada ali, que nos incita todos a uma reflexão básica: onde e como colocar os portugueses na formação cultural de um país, cuja Proclamação da Independência por um príncipe que veio a ser rei de Portugal, depois de imperador do Brasil, ainda se faz uma incógnita? A publicação parece nos dar algumas pistas a este respeito já na sua “Apresentação”, onde consta o legado do professor Guilhermino Cesar, a quem é reputada a ideia original do volume, formulada inicialmente sem a distinção entre portugueses e estrangeiros. Feita por esta ocasião, a publicação de agora parece insinuar um novo movimento de aproximação dos lusos, senão o de considerá-los num lugar mais preciso no repertório formativo da cultura letrada brasileira.

O subtítulo do volume “olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação” chama a atenção ainda por sugerir uma dualidade de perspectivas entre os escritos, que é dada pela condição de nascimento ou de expressão linguística, também justificadas na “Apresentação”, que desperta a curiosidade de qualquer leitor da produção literária que, inicialmente, tomada como portuguesa, foi incorporada à tradição brasileira após a Independência. Entre o ser e o não ser brasileiro, seja como autoria ou como historiografia, há o elemento português que, ocasionalmente, é nacional do Brasil ou exclusivo de Portugal, quando não híbrido de europeu e americano, o que suporta outra classificação. Tal dilema – entre ser e não ser simultaneamente uma mesma coisa – mais do que nomear uma entidade que vem a constituir uma identidade nacional, caracteriza um processo histórico que, circunstanciado, serve de esteio para uma representação social, que não sobrevive apartada de seu valor simbólico e que se inscreve necessariamente no devir literário.

O leitor da literatura brasileira, a quem coube o papel inglório de pautar sua apreciação em vestes ideologicamente nacionais, fica embaraçado diante desta publicação,

porque se vê obrigado a considerar não só o que é e o que deixa de ser brasileiro, mas a considerar também o olhar de quem lhe consignou um valor, constituído em termos literários vistos por fora, não necessariamente sob a lupa do exotismo ou da subalternidade. A condição que se coloca imperativamente é a constatação de que o processo histórico está incrustado na compreensão do objeto literário, o qual não pode ser naturalizado por uma nacionalidade prévia, a qual não fora construída antes de seu correspondente literário. Literatura e história se cruzam, conforme revelação do volume, menos para servir de apoio mútuo, do que para exibir a literatura brasileira em seu vivo processo formativo, do qual nenhum dos domínios sai incólume. Ao invés, processo histórico e forma literária embrenham-se de tal maneira na publicação, que não dá para sair sem culpa nem pejo da sua leitura.

A publicação que alveja de início o estudante de Letras e o pesquisador da historiografia literária desdobra-se no interesse propriamente histórico, estendendo-se para outras disciplinas afins e, em especial, para historiadores. A perspectiva que se anuncia tem um vinco bem marcado, à medida que a Geografia se oferece como horizonte de exploração de onde parte a leitura para sua problematização em termos temporais. O espaço geográfico acionado nunca é tomado exclusivamente em termos da colonização lusitana ou da configuração neolatina da América portuguesa, mas como uma construção discursiva para a qual o que interessa é o que se diz do Brasil. Com isso, esboça-se uma imagem muito factível porque feita a partir do discurso e do reconhecimento alheio, o que nos leva a aventar a hipótese de que o Brasil é uma construção discursiva estrangeira, com farta colaboração de Portugal. Destituído de seu trono colonizador, Portugal ressurgiu como coadjuvante de uma encenação cujo enredo protagonizado pelo Brasil é narrado por estrangeiros que vêem a ambos – Portugal e Brasil – como títeres desengonçados que não conseguem se abraçar.

Para não restringir a formulação ficcional, a título de ilustração, vejamos dois exemplos de narrativa historiográfica feita por estrangeiros, a pretexto de designar autores que se tornaram canônicos da literatura brasileira – nomeadamente Cláudio Manuel da Costa e Gonçalves Dias –, seguindo os limites do recorte temporal do volume, respectivamente, de 1805 (com Friedrich Bouterwek) a 1885 (com Eduardo Perié). Para efeito didático, sigamos a ordem cronológica, com o fito de averiguar como se deu a relação entre portugueses e brasileiros sob a ótica estrangeira, no lapso temporal recortado. Consideremos, pois, que no primeiro caso o poeta maranhense ainda não havia publicado porque só viria a nascer em 1823 e, no segundo, a afirmação nacional estava em plena voga, dada a proximidade da Abolição da Escravatura (1888) e da Proclamação da República (1889). Dispostos, pois, de um historiador alemão para apresentar um poeta

brasileiro neoclássico e um poeta romântico brasileiro recortado por um historiador possivelmente argentino, conforme se segue.

Um dos primeiros poetas a formar a si mesmo no espírito da antiga poesia italiana e a reintroduzir um estilo nobre na poesia portuguesa foi o brasileiro Cláudio Manuel da Costa. Nascido na província brasileira de mineração das Minas Gerais, não parecia destinado ao serviço das musas. Embora tenha realizado os estudos superiores em solo europeu, segundo o próprio poeta, nos cinco anos em que frequentou a universidade de Coimbra ainda vigorava ali a corrompida moda poética no estilo dos marinistas portugueses. Nesse sentido, foi uma grande sorte para o jovem Da Costa e, ao mesmo tempo, a primeira prova de sua vocação para uma formação mais elevada o fato de começar a estudar e imitar os poetas italianos mais antigos e Metastasio, durante sua estadia em Coimbra. Tentou até mesmo compor sonetos petrarquistas em língua italiana; e foi bem sucedido. [...] Afirma ter aprendido tarde demais as leis do bom gosto, com os gregos, os italianos e os franceses. Contaminado pelo mau gosto, ele mesmo pecava contra os princípios que reconhecia. Sem dúvida, a poesia empolada dos sonetistas do século XVII ainda surge esporadicamente nos sonetos de Da Costa. Mas no geral, nos últimos cem anos, nenhum poeta português conseguiu compor sonetos como os de Da Costa, que se aproximam do modo mais encantador aos de Petrarca; [...] Mas os sonetos de Da Costa unificam de maneira tão feliz, e em linguagem tão elegante e simples, sem qualquer exagero ou adornos extravagantes, a natureza mais expressiva e a verdade poética com a intimidade do sentimento da poesia de Petrarca, de modo que se pode incluir esses sonetos entre os mais perfeitos da literatura portuguesa. (SOUZA, 2017, p. 244-245).

O trecho supracitado tem na publicação o acompanhamento de meia dúzia de notas, divididas entre as do autor e as do organizador, que, relacionadas entre si, ajudam a entender o que está sendo proposto pelo conjunto de referências acionado e justificariam um estudo a partir das próprias notas, que constituem um paratexto exemplar para reflexão, que se esboça da seguinte maneira: ao leitor de hoje deve soar bastante incomum que um poeta árcade brasileiro, a despeito de sua vontade de emular os clássicos, venha a ser considerado exclusivamente sob a bitola de Metastasio e de Petrarca, como se a tradição de língua portuguesa lhe fosse estranha, mesmo quando residente em Coimbra. Segundo a apreciação, os portugueses só aparecem porquanto são marinistas, cuja abordagem se dá menos pela sua interferência no vernáculo, do que pelo desempenho na convenção vigente. Critério esse sob o qual a citação evidencia a prevalência de Cláudio Manuel da Costa sobre os seus contemporâneos, nem tanto por realizar melhor os pressupostos petrarquianos, mas principalmente por atingir certo grau de performance verbal que interfere diretamente no rendimento do léxico, a ponto de não ter rival neste particular, desde que se considere a expressão ‘em linguagem tão elegante e simples’, que segrega os seus “sonetos entre os mais perfeitos da língua portuguesa”.

Consoante o raciocínio, os mesmos poetas portugueses marinistas que seriam incapazes de reproduzir a interferência na convenção comparável à do poeta mineiro, jamais atingiriam a excelência expressiva perceptível nos seus versos. Somente com algum custo uma afirmação dessas poderia ser partilhada ou mesmo corroborada por leitores radicados em Portugal, para quem o poeta brasileiro deveria aparecer sob outras designações, cujos qualificativos haverão de ser decerto mais travosos e menos escancarados. Óbvio está que tal postura só foi possível porque partiu de um historiador alemão, para quem a expressão em língua portuguesa pode ser extemporânea e romanticamente ser representada por um brasileiro, uma vez assinalada sua performance verbal. Daí a premência da comparação com clássicos de outras tradições, notadamente a italiana, para conferir legitimidade ao desempenho linguístico e formal atingido por Cláudio Manuel da Costa, cuja comparação deveria se dar com os melhores cultores do templo das musas, conforme o exposto, o que decerto aponta para o local e a circunstância de pronunciamento de quem fala, não necessariamente em língua portuguesa. Neste cabo-de-guerra em que uma ponta da corda sinaliza o esteio na tradição ocidental além da portuguesa e outro se volta para o delineamento da cultura popular enraizada no chão brasileiro, outra haveria de ser a tônica do discurso após o advento do romantismo e sua repercussão em leitores estrangeiros da literatura brasileira, como se vê.

Gonçalves Dias, o inaugurador da poesia brasileira, em seus formosos *Cantos*, que valeram do sisudo historiador português Alexandre Herculano o mais justo e apreciado louvor, também tratou deste assunto com a inexcelsável magia da sua harmoniosa e dulcíssima metrificacão. A sua “Mãe d’água” disputa em belezas e primazias com a de Melo Moraes Filho. Deste gentilíssimo poeta é também estimável a tradição do Caapora [...] Há nesta tradição vestígios manifestos das lendas indianistas, ainda que hoje vulgarizada entre as classes populares, não só do Norte, como diz o poeta, mas também do Sul. No Rio de Janeiro, informa Félix Ferreira, na fazenda de Santa Cruz, de antiga propriedade dos jesuítas e hoje de S. M. o Imperador, é crença geral entre os que ali são nascidos que o Caapira ou Caipora, como é mais comum, tem por companheiro o Saci Pereira, um pássaro noturno, também de um pé só, que anda a desoras a cantar pelas estradas: ‘Saci Pereira, minha perna me dói’. (SOUZA, 2017, p. 460-462).

Tal como se apura, o quadro de referências agora é respaldado por outros leitores de língua portuguesa, estivessem radicados no Brasil ou em Portugal, na condição de autor ou crítico literário, o que vale para Melo Moraes Filho e Alexandre Herculano, respectivamente. Curioso é o fato de que os portugueses nomeados como leitores tampouco incidam sobre a convenção acionada. Pois, se antes valia a convenção clássica, agora o que passa a valer é a tradição autóctone, como se houvesse uma compulsão telúrica para afirmar a produção literária brasileira. De uma maneira ou de outra, a produção literária portuguesa não

tangencia a convenção com que os brasileiros tinham que lidar aos olhos estrangeiros, mesmo considerando a figura de Gonçalves Dias, também formado em Coimbra, tal como seu antecessor mineiro. Segundo a perspectiva, o que se oferece como balanço do olhar estrangeiro oscila entre dois polos opostos: um, que considera a produção literária brasileira entranhada de Iaras e Alamoas; e outro, que visualiza a literatura oriunda do Brasil como o melhor culto em língua portuguesa do templo das musas ou das sereias. Em ambos os casos, todas as expressões brasileiras parecem legítimas e possíveis, desde que as Iaras, Alamoas, Musas e Sereias nãoousem molhar os pés no Tejo ou no Mondego.

A apreciação dos historiadores portugueses listados na publicação se faz necessariamente mais complexa e menos circunstancial, o que demanda estudo de caso a caso, já que se constitui tarefa muito mais difícil torná-los redutíveis a raciocínios mais simples ou genéricos, haja vista o emaranhado de circunstâncias que propiciou cada leitura como instância de julgamento ou como possibilidade de interlocução. Também por isso, as citações dos historiadores portugueses foram evitadas aqui, o que sugere tratamento mais cuidadoso, uma vez que merecem, cada um a seu tempo e circunstância, tratamento particular no diálogo possível no contexto das letras brasileiras. Sob este prisma, convém assinalar que a propriedade do delineamento dos perfis esboçados ao início de cada capítulo, fortalece mais o caráter de fonte de pesquisa da publicação do que seu caráter ilustrativo ou informativo dos sujeitos envolvidos. Por outra, os esboços biográficos dos historiadores portugueses da literatura nacional configura uma variedade tamanha de orientações, cuja diversidade só tem sentido numa cultura ampla e diversa como é a luso-brasileira, para a qual a tolerância mútua ainda pode ser considerada como um traço distintivo, o que parece ter sido tomado pelo organizador do volume como um princípio questionável, porque muito bem firmado e seguro de si.